

# Cadernos Didáticos de Educação Patrimonial para o Turismo Cultural em Comunidades Quilombolas

Martha Shauana B. Santana  
Maria José de Resende Ferreira  
Aldo Rezende



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

S232c Santana, Martha Shauana Batista.

Cadernos didáticos de educação patrimonial para o turismo cultural em comunidades quilombolas [recurso eletrônico] : caderno 2 : patrimônio cultural e educação patrimonial / Martha Shauana Batista Santana, Maria José de Resende Ferreira, Aldo Rezende. – 1. ed. - Vitória : Instituto Federal do Espírito Santo, 2021.

28 p. : il. ; 30 cm.

ISBN: 978-65-00-36003-5 (E-book)

1. Educação de adultos. 2. Ensino profissional. 3. Relações étnicos-raciais – Educação. 4. Quilombolas – Espírito Santo. 5. Guias de turismo – Educação – Estudo e ensino. 6. Professores – Formação. I. Ferreira, Maria José de Resende. II. Rezende, Aldo. III. Instituto Federal do Espírito Santo. IV. Título.

CDD 21 – 374

Elaborada por Marcileia Seibert de Barcellos – CRB-6/ES - 656

CADERNO

2

Patrimônio  
Cultural e  
Educação  
Patrimonial

# APRESENTAÇÃO

Caro usuário, este caderno didático é um produto educacional, fruto de uma pesquisa resultante do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Espírito Santo - ProfEPT intitulada: Formação humana e educação patrimonial na EJA Integrada: proposições para a atuação profissional de jovens e adultos nas atividades de guiamento e de informações turísticas em territórios quilombolas do Espírito Santo.

O objetivo deste material é auxiliar professores, estudantes e egressos do curso de Guia em Turismo do Proeja e do curso de formação inicial de Agentes de Informações Turísticas no estudo e pesquisa da Educação Patrimonial para o desenvolvimento do turismo cultural em comunidades quilombolas do Espírito Santo.

O material foi elaborado sob a forma de cadernos tanto por entendermos que este recurso didático deve estar aberto à interação com os estudantes, professores e outros profissionais interessados que dele venham a se apropriar e adequar suas informações às suas necessidades pesquisa, quanto para facilitar a sua aplicação que pode se dar de forma modular, podendo cada módulo do caderno ser utilizado em diversos contextos separadamente.

No caderno 1 temos a apresentação do Turismo Cultural e da função educativa do Guia em Turismo e Agentes de Informações Turísticas para a Educação Patrimonial. O caderno 2 traz os conceitos fundamentais relativos ao Patrimônio Cultural e à Educação Patrimonial. O caderno 3 expõe as questões próprias da abordagem de comunidades quilombolas por guias de turismo e agentes de informações turísticas que pretendam desenvolver um trabalho de educação patrimonial para o turismo cultural.

Com esta publicação pretendemos contribuir para a construção desse conhecimento e para potencializar o turismo cultural no Espírito Santo.



# SUMÁRIO

1. O que é Patrimônio?.....	06
2. O que é Patrimônio Cultural? .....	11
3. O que diferencia o patrimônio material do patrimônio imaterial?.....	13
4. O que é Educação Patrimonial?.....	17
5. Como trabalhar a Educação Patrimonial no Turismo Cultural?.....	19
6. Sintetizando.....	25
7. Expandindo.....	26
8. Refletindo.....	27
9. Referências Bibliográficas .....	28



# Viaje!!!

## Ultrapasse as montanhas!

Ao estudante e profissional de turismo, que seus sonhos não tenham barreiras, que você supere ventos fortes, com a mesma resistência de um bambu, com flexibilidade e firmeza, reconhecendo o valor das raízes profundas dos antepassados de onde provém a seiva que nos alimenta.



Fonte: <<https://www.minutoseguros.com.br/blog/12-lugares-para-fazer-passeio-de-balao/>>

# 1. O que é Patrimônio?

Leia o texto que segue e reflita

Numa cidade do interior morreu uma rica fazendeira mãe de muitos filhos e sua família decidiu homenageá-la com a construção de uma grande estátua que foi colocada no jardim de sua casa situada na avenida principal do município.

Algumas décadas se passaram, aos poucos a família inteira se mudou do local e a casa, um prédio em arquitetura neoclássica, ampla, arejada e muito bem localizada, foi adquirida pela prefeitura para a instalação de uma biblioteca pública. Iniciou-se então uma discussão sobre o que fazer com o monumento. Foi montada uma comissão para avaliação deste bem e a definição sobre a sua destinação.

Inicialmente a comissão localizou as notas fiscais de confecção e instalação da estátua e descobriu que a mesma foi construída com um mármore importado e esculpida por um escultor francês, orçada em valor atual de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

Após a descoberta do valor da obra e da sua origem estrangeira, decidiu-se então contratar um perito para fazer uma avaliação artística da estátua. Para surpresa de todos, apesar do valor do material empregado, a técnica de produção não tinha nenhuma novidade artística, era um trabalho bem acabado, mas sem estilo artístico próprio digno de nota.

Descartado o valor artístico do trabalho, restava descobrir se havia algum valor histórico que pudesse ser atribuído àquela estátua que justificasse a sua permanência na entrada da biblioteca.

Não encontrando fontes escritas sobre a senhora representada na estátua, iniciou-se uma pesquisa oral através de entrevistas com moradores do bairro. Muitos moradores antigos diziam ter conhecido dona Tereza Fonseca da Silva quando eram crianças. Ela era lembrada como uma boa vizinha, pessoa pacata, senhora do lar, frequentava a igreja todos os domingos, nos sábados às vezes encontrava-se em casa, às vezes ia para a fazenda com o marido. Criava algumas galinhas no quintal e chegou até a vender ovos por um período. Nunca se envolveu em confusão, sem vícios, sem excessos, ficou viúva aos sessenta anos, não se casou novamente, viveu até os 92 rodeada por filhos e netos.

A conduta de dona Tereza de fato era louvável, uma boa esposa, boa mãe, boa cidadã. Certamente mereceu a homenagem que os filhos quiseram lhe fazer. O monumento, além de homenagem é também uma forma de nos lembrar constantemente de algo. Talvez através da estátua localizada entre as flores do jardim os filhos quisessem suprir um pouquinho a falta que a mãe fazia no dia-a-dia.

Contudo, o historiador entendeu que esse bem possuía um valor específico para aquela família, mas esse monumento não era um monumento histórico de valor para o município. Numa enquete com a população os cidadãos disseram que não viam sentido na homenagem e não se sentiam representados por aquela figura. Ainda assim, esse bem tinha um valor patrimonial alto, a prefeitura não podia simplesmente jogar no lixo algo que custou R\$ 200.000,00!

Considerando o valor financeiro do bem, a prefeitura tentou negociar com a família para que eles recolhessem a estátua mediante ressarcimento do valor da mesma. Ocorre que os netos de dona Tereza não tinham interesse na estátua e sequer um local para colocá-la. Venderam a casa com a estátua incluída para a prefeitura justamente por não saberem o que fazer com ela.

Diante disso, a prefeitura optou por contratar um escultor para fazer uma adaptação da estátua para que ela pudesse se transformar em um monumento em homenagem a um conhecido escritor do município, cujo nome seria dado à biblioteca municipal. Anos mais tarde essa casa e a nova estátua foram tombadas e passaram a compor o acervo do patrimônio histórico material do município.

Fonte: produzido pela autora, 2021.



**Patrimônio**, por sua vez, é um conceito mais amplo e que inclui o monumento, mas também envolve outros tipos de bens. Em sua origem significa herança familiar. Na Antiguidade e Idade Média a palavra patrimônio era utilizada apenas para a propriedade privada, mas no período da Revolução Francesa, com a expropriação dos bens da nobreza e do clero, formou-se o **Patrimônio Nacional**.

O patrimônio nacional foi formado inicialmente sobretudo por monumentos, obras artísticas e construções arquitetônicas, foi chamado de **patrimônio histórico-artístico**, uma expressão que indica a relação do patrimônio ao passado comum da sociedade.

**A expressão Patrimônio histórico “designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum” (CHOAY, 2011, p. 11).**

Como vimos no exemplo citado no conto, a estátua era um patrimônio familiar, mas não se tornou patrimônio histórico do município porque os moradores da cidade não reconheciam a história de vida de dona Tereza como representativa da comunidade.

**Note! Só será Patrimônio Histórico aquilo que merece ser preservado para ser conhecido pelas futuras gerações.**

Analisando mais a fundo o nosso exemplo você perceberá que quando se avalia um patrimônio o que se quer preservar e deixar para as futuras gerações não é apenas uma estátua, mas uma história, uma expressão de uma ideia, uma personalidade que ela simboliza.

No nosso exemplo, a estátua foi transformada em um monumento em homenagem a outro cidadão da cidade e posteriormente esse monumento foi **tombado** juntamente com o conjunto arquitetônico da casa. Essa mudança expressa que o valor não estava no objeto em si, mas na personalidade que fazia parte da tradição cultural local e que se desejava destacar.

Bom seria se a população fosse sempre consultada e tivesse sua memória respeitada, não é mesmo?



## 2. O que é Patrimônio Cultural?

Como explicamos anteriormente, o patrimônio histórico-artístico começou a ser formado no século XIX por monumentos, obras artísticas e arquitetônicas. Os Estados-Nações da Europa estavam surgindo e esses bens eram selecionados para formar uma identidade nacional. Prevaleceu até a década de 1940 o chamado patrimônio de pedra e cal, ou seja **bens materiais**, ou **tangíveis**.

Nessa época, alguns países asiáticos, orientais e do chamado Terceiro Mundo que não depositavam em objetos materiais suas tradições e vivências culturais reivindicaram o reconhecimento de patrimônios que não se enquadravam nas definições tradicionais europeias.

No Japão, o Templo de Ise, por exemplo, era sistematicamente destruído e reconstruído no mesmo local respeitando-se o mesmo procedimento de produção, pois para os japoneses o que importava era a preservação do modo de fazer o ritual religioso e não a conservação do monumento em si. Isso parecia contraditório para os ocidentais que tentavam preservar suas construções antigas em sua materialidade original.

No deserto do Norte da África, criou-se uma arquitetura que é constantemente refeita devido à ação do vento em terras desérticas, o que exige adequação das técnicas de construção às condições ambientais.

Esses países participavam dos debates internacionais da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - Unesco, para a proteção do patrimônio mundial, e davam exemplos de como processos e práticas culturais podem ser vistos como patrimônios em si, sem a necessidade de mediação de objetos.

Além disso o conceito antropológico de cultura, enquanto conjunto de costumes, tradições, técnicas, conhecimentos, modo de ser, existir, falar, se comportar, etc., influenciava a percepção de que o próprio homem é patrimônio cultural.

Em 1950, por exemplo, o governo do Japão passou a designar de **Tesouro Humano vivo** aquelas pessoas que por seu conhecimento e habilidade específica de recriar elementos da tradição das artes, dos ofícios populares, são verdadeiros depositários do patrimônio cultural intangível do país. Em 1993 a Unesco criou um programa de mesmo nome para encorajar os Estados membros a seguirem o exemplo do Japão.

**Patrimônio Cultural** surgiu assim como um conceito mais abrangente, destacando a inclusão de patrimônios não materiais na nova compreensão de Patrimônio Histórico. É comum vermos a expressão conjunta **Patrimônio histórico-cultural**.

O **Patrimônio Cultural** abrange todas as formas de manifestação da cultura representativas de um povo, da sua história e identidade, inclui suas formas de expressão, os saberes, os fazeres, as práticas, as técnicas, chamado de patrimônio imaterial ou intangível, assim como os produtos, objetos e construções deles derivados para o meio material, ou patrimônio tangível.

**você sabia que a moqueca capixaba é reconhecida como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN?**



# 3. O que diferencia o patrimônio material do patrimônio imaterial?

Quando falamos em **patrimônio imaterial** parece que estamos nos referindo a algo abstrato que não se pode ver ou tocar. Porém, quando vemos os exemplos de patrimônios imateriais percebemos que muitas são coisas que estão em nosso cotidiano e que têm uma presença muito palpável para nós. A culinária, por exemplo, você pode se perguntar, não é algo material? A moqueca capixaba não pertence ao mundo físico? Não vemos, cheiramos, tocamos, sentimos, degustamos? A música, a princípio parece mais fácil de entender o caráter imaterial, mas não vemos as pessoas com seus instrumentos tocando, por vezes lendo partituras, emitindo sons vocais, não poderíamos dizer que existe uma materialidade mesmo na música?

Todos esses patrimônios citados possuem suportes materiais, possuem um canal físico de comunicação, mas esses canais são passageiros. A música por exemplo, não o está presa às pessoas ou aos objetos que a executam naquele instante. A comida pode ser reproduzida por muitos que seguirem a receita, mas cada um terá seu toque especial, e depois de consumida já não existirá mais.

Essas manifestações culturais precisam ser constantemente revividas, atualizadas e ao mesmo tempo que revividas elas serão sempre recriadas, produzidas de um jeito novo, pois o homem que é o principal veículo do patrimônio imaterial é um ser criativo e o tempo todo introduz novos elementos sobre a base cultural preexistente transformando a cultura, produzindo coisas novas. Por isso, há pesquisadores que defendem que esses patrimônios são melhor denominados pela expressão **intangíveis**, pois há uma materialidade, mas ela é transitória.



Vejamos mais algumas diferenças:

Ao **patrimônio material** cabe a classificação de **móvel** e **imóvel**. Móveis são os objetos, obras de arte, coisas que possam ser transportadas e imóveis são as obras arquitetônicas, os sítios arqueológicos etc.

Ao **patrimônio intangível** não cabe esse tipo de classificação por sua fluidez, pois as práticas culturais podem ser deslocadas no tempo e no espaço. A língua Pomerana por exemplo, era falada em uma região da Itália no século XIX. Parte da comunidade migrou e os descendentes mantiveram viva essa língua. Hoje as cidades de Domingos Martins, Itarana, Laranja da Terra, Pancas, Santa Maria de Jetibá, e Vila Pavão no Espírito Santo, têm o Pomerano como língua oficial junto à Língua Portuguesa e não há cidades com população falante daquela língua na Europa.

Um idioma, expressão ou qualquer outra prática cultural pode simplesmente desaparecer, cair no desuso por um período e num momento posterior ser retomada, pode desaparecer em um lugar e ter continuidade em outro local, mas nada impede também que seja um fenômeno duradouro em um mesmo lugar, por isso não há como fixarmos em uma classificação.

Há também diferenças nas formas de **preservação**. Além de ferramentas como o **inventário de bens** e até mesmo o **turismo cultural** que auxiliam na conscientização sobre a preservação do patrimônio. O instrumento legal próprio para a preservação de um **patrimônio material** é o **TOMBAMENTO** e para o **patrimônio imaterial** é o **REGISTRO**.

O **tombamento** é a oficialização do reconhecimento do valor histórico-artístico-cultural de um bem material e a determinação legal da sua preservação para garantia do direito à memória da sociedade. O objetivo do tombamento é a manutenção do bem da forma mais original possível, ressalvadas as possibilidades de uso e alterações delimitadas por especialistas para que haja funcionalidade do mesmo.

O **registro** é o reconhecimento do valor histórico-artístico-cultural de um bem imaterial, com a inscrição do bem em livro específico, onde constará a sua descrição. Será estimulando pelo próprio reconhecimento e por políticas públicas que devam acompanhar esse ato a sua continuidade, mas sem a obrigatoriedade de que a prática cultural permaneça, pois não é possível obrigar os falantes de uma língua a falarem, não é mesmo? É feita uma descrição da prática cultural da forma como esta ocorre no momento do Registro e o estudo desta prática cultural deve ser atualizado com o tempo, informando mudanças ou mesmo descontinuidade dela.

Dentre as ferramentas utilizadas para a preservação do Patrimônio, a que mais se destaca é o trabalho de **Educação Patrimonial**, pois somente a população consciente do seu patrimônio pode valorizá-lo, conservá-lo e transmiti-lo para as gerações futuras.

# Guerreiro Zulu



Fonte: <<https://www.penaestrada.blog.br/memoria-negra-de-vitoria/>>

Esse monumento fica na calçada da Assembleia Legislativa do Espírito Santo em Vitória. O corpo do guerreiro faz referência a um instrumento musical típico, utilizado nas festas de Congo, a casaca. Trata-se de uma homenagem à comunidade negra. Você consegue dar outros exemplos em que a cultura material se refere à cultura imaterial?

# 4. O que é Educação Patrimonial?

No contexto do Turismo Cultural o Ministério do Turismo recomenda que seja feito um trabalho contínuo de Educação Patrimonial como ferramenta para preservação e conservação do patrimônio. Isso acontece porque há o entendimento de que é necessário o envolvimento da comunidade para que o Turismo Cultural se torne sustentável. A comunidade é a responsável pela existência do patrimônio cultural e por sua continuidade.

Nesta visão, a Educação Patrimonial é uma ferramenta para a preservação e conservação do patrimônio e também para o fortalecimento da identidade e dos laços de pertencimento e cidadania da população local. Poderíamos dizer, também, uma ferramenta para o Turismo Cultural.

Mas a Educação Patrimonial já foi conceituada de diversas maneiras e não pode se restringir apenas ao campo do Turismo Cultural e, mesmo neste, seria empobrecida se servisse apenas ao trabalho com a comunidade receptora para a manutenção do seu patrimônio.

**A Educação Patrimonial é um processo educativo baseado na apropriação das referências histórico-culturais. Ela pode e deve se valer de muitas metodologias que proporcionem o acesso e a expansão de conhecimento e vivências culturais relacionadas ao patrimônio. A Educação Patrimonial pode e deve ser implementada em diversos ambientes. É uma ferramenta importante para a preservação e valorização da cultura; uma forma de difusão do conhecimento histórico-cultural acerca do patrimônio; um meio de contato com o universo cultural alheio, mas também de reflexão sobre o próprio universo cultural em que o sujeito se insere. Trata-se, portanto, de uma forma de criar e estabelecer relações e laços com o outro, com o passado, com a herança recebida, se responsabilizar sobre a transmissão da memória para com gerações futuras. Com toda certeza, um instrumento para a ressignificação do patrimônio recebido e a formação de identidade cultural.**

São objetivos da Educação Patrimonial:

- Socializar o patrimônio cultural;
- Envolver os cidadãos no processo de seleção do patrimônio;
- Sensibilizar os cidadãos para a formação e preservação da memória histórica através dos bens patrimoniais;
- Participar da formação de identidades culturais;
- Promover o respeito às múltiplas identidades culturais existentes;
- Sensibilizar o cidadão para a responsabilidade para com a preservação do bem protegido;
- Formar cidadãos para receber e valorizar a sua herança cultural;
- Capacitar os cidadãos para usufruir e produzir novos bens culturais.

Como afirmamos no Caderno 1 desta coleção, toda atividade turística possui um caráter educativo, pois na visita o turista tem contato com novos ambientes, novas pessoas, novas culturas, ainda que o objetivo da sua viagem seja apenas o entretenimento. Neste sentido, tratando-se especificamente do Turismo Cultural, a própria visita turística a espaços culturais, o contato com bens patrimoniais, mesmo que sem um planejamento pedagógico trará uma ampliação do universo cultural do visitante.

Contudo, como toda experiência de aprendizagem, a ausência de objetivos, de planejamento e de cuidados necessários pode gerar efeitos contrários aos desejados, sobretudo, nesse caso, por estarmos lidando no campo da cultura com a possibilidade de choque cultural, além de outros impactos negativos. Por isso o fundamental papel dos profissionais de turismo atuando enquanto agentes educativos.

Nesse caso, o guiamento turístico bem feito, a partir de uma interpretação adequada do universo cultural ao qual o turista está visitando, mediando a cultura do visitante com a cultura da comunidade receptora, pode ser considerado uma experiência de Educação Patrimonial, permitindo alcançar alguns dos objetivos anteriormente enunciados.

# 5. Como trabalhar a Educação Patrimonial no Turismo Cultural?

O Guia Básico de Educação Patrimonial do IPHA (HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999) apresenta uma metodologia para a Educação Patrimonial que podemos usar de inspiração para pensar em outras possibilidades para os diversos contextos.

A metodologia apresentada é composta de quatro etapas:

- 1. Observação - se dá por percepção visual, perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução etc. Visa a identificação do objeto de estudo, sua função, seu significado, o desenvolvimento da percepção visual e simbólica;**
- 2. Registro - desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, plantas etc. Visa a fixação do conhecimento percebido, é um aprofundamento da observação e análise crítica, visa também o desenvolvimento da memória, do pensamento lógico, intuitivo e operacional;**
- 3. Exploração - análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, entrevistas etc. Visa o desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados;**
- 4. Apropriação - recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo. Visa o envolvimento afetivo, a internalização o desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação participativa criativa e valorização do bem cultural (Adaptado de: HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999, p. 9).**

## Devemos nos apropriar?

Prezado leitor, na primeira fase de desenvolvimento e aplicação deste material didático uma aluna levantou uma questão muito interessante para nós:

**"Eu aprendi que apropriação é quando você rouba algo de alguém, quando você pega pra você algo que não é seu..."**

Mas você viu que a última etapa da Educação Patrimonial é a apropriação e dissemos a Educação Patrimonial é um processo educativo baseado na apropriação das referências histórico-culturais

Nesse caso, por que estamos falando em nos apropriar, não é mesmo?

Examinando a palavra apropriação vemos que esta pode ter esse sentido negativo, pois existe a apropriação indevida de algo que é uma propriedade de outra pessoa que não nos concedeu direito sobre aquilo.

Mas não é desta apropriação que estamos tratando aqui. Você já aprendeu que na língua portuguesa a mesma palavra pode ser utilizada com muitos sentidos diferentes não é mesmo? A palavra apropriação tem também sentidos positivos. Você pode, por exemplo, tomar algo para si porque você é o legítimo dono, mas não está na posse seja por desconhecimento, por falta de hábito, de consciência etc. Assim, você pode se apropriar de algo que já é seu por direito.

Esse é o caso da apropriação de bens culturais que são coletivos, portanto pertencem ao conjunto da sociedade. Podemos nos identificar com esses bens e nos apropriar deles, no sentido de torna-los próprios. Essa apropriação gera empoderamento.

Você pode ainda se perguntar: e os bens culturais que são referências de grupos específicos? É correto que alguém se aproprie de um elemento do patrimônio cultural de um povo que não é o seu?

O conhecimento de outros povos é um movimento de aproximação. É comum que no contato entre culturas diferentes um aprenda com o outro, esse movimento é inevitável. Desde que a apropriação das referências culturais ocorra numa base de respeito às origens e à ancestralidade que os elementos da cultura representam, isso expressa a simpatia, a admiração, de um povo pelo outro, a influência que um povo exerce sobre o outro. Isso demonstra o poder, a força de uma cultura. Nesse tipo de apropriação ocorre o aprendizado cultural. Podem ser utilizados como sinônimos para essa apropriação: internalização, releitura, recriação, imersão, assimilação, valorização.

Somos todos partes de uma mesma humanidade, por isso temos a capacidade de nos identificar uns com os outros apesar das diferentes origens e trajetórias e expandir o nosso universo cultural internalizando as referências culturais dos outros povos.



A metodologia da Educação Patrimonial foi pensada sobretudo para o contexto escolar, onde são planejadas incursões pedagógicas ao patrimônio e é possível o planejamento de etapas anteriores e posteriores ao contato com os bens por meio de atividades bem delimitadas e a possibilidade de constante avaliação do processo. Contudo, é importante notar que mesmo que não se aplique a experiência com todos os passos propostos, em cada uma das etapas temos a aquisição de saberes.

No contexto do guiamento turístico, destacamos a interpretação turística como atividade que deve ser planejada com base nos princípios da Educação Patrimonial, uma vez que o guia e o agente devem conduzir intencionalmente o olhar do visitante para a observação do Patrimônio Cultural.

A narrativa turística já será um trabalho de Educação Patrimonial se proporcionar um conhecimento sobre a cultura receptora de forma ética e democrática, contribuindo para um encontro valorizador da diversidade.

Utilizando alguns pontos da metodologia proposta no Guia do IPHAN (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999) ao invés de simplesmente narrar toda a história e características culturais locais, o guia ou o agente de informações pode permitir que os visitantes exercitem a imaginação e capacidade de percepção visual, propondo um guiamento mais interativo no qual o turista participe da narrativa e seja induzido a exercitar a comparação, a dedução, descrição, ao máximo para a identificação do patrimônio. Essa é uma forma de guiamento que pode proporcionar mais interação e despertar a vontade de conhecimento do público. As explicações podem vir acompanhadas de análises de problemas, levantamento de hipóteses e até mesmo representações dos visitantes.

É comum que no Turismo Cultural aconteçam atividades culturais criativas e lúdicas para cativar o público visitante, despertar a o interesse, a empatia com o lugar, a busca pela novidade. Apresentações teatrais, espetáculos de dança, música, cinema, degustação de comidas e bebidas, todas essas vivências ficam mais enriquecidas e se tornam ainda mais educativas se o turista tiver a oportunidade de experienciar, participar, reproduzir, produzir a seu modo. Essa auto-expressão promove uma imersão cultural mais profunda. É plausível convidar o turista a preparar o seu próprio alimento com as receitas locais, dançar, participar de simulações teatrais, manusear objetos, vestir-se com peças de roupas e usar adereços, dentre tantas outras possibilidades.

Até aqui falamos sobre como trabalhar a Educação Patrimonial com os turistas, mas e com a comunidade receptora? Como educar a população local para a apropriação do seu próprio patrimônio cultural? A cultura local já não lhe pertence? É preciso ensinar alguém a se apropriar do que é seu?

Sabe aquela população que fala a Língua Pomerana no Espírito Santo que citamos anteriormente? Há pouco tempo atrás ela corria o risco de se extinguir. Isso mesmo, a maioria das pessoas que sabiam a língua já não falavam no dia-a-dia porque a língua mais usada no país é o Português. Os idosos que só falam em Pomerano estavam morrendo e os adultos já não estavam ensinando às crianças a língua porque não viam importância em manter essa linguagem. Esse é o caso de uma população que já não se apropriava de um patrimônio cultural que era seu.

Você sabia que a Constituição Federal de 1988 deu o direito de propriedade de terras a todas as comunidades quilombolas brasileiras, mas muitas comunidades foram expulsas do seu território sem questionar porque não sabiam que tinham esse direito? É possível até mesmo uma pessoa viver em comunidade quilombola sem saber que é quilombola por não ter conhecimento da sua história.

Quando nascemos recebemos por herança todo um conjunto de bens materiais e imateriais, memórias, sistemas de pensamentos, de sentimentos, de comportamentos, um lugar no mundo que conduz as nossas ações, reflete em nossas escolhas, nossos posicionamentos, nos diz quem somos, mas nem sempre estamos conscientes dessas origens, simplesmente reproduzimos os padrões culturais sem sabermos o porquê. Muitas vezes também não pensamos sobre o que deixaremos para as gerações futuras e não participamos das escolhas. Receber essa herança sem o filtro do conhecimento para peneirar o que se quer reproduzir ou não, e não participar da construção e seleção do patrimônio que será deixado para as próximas gerações também é não se apropriar do seu patrimônio cultural.

O trabalho de Educação Patrimonial com a comunidade receptora se inicia pelo reconhecimento da propriedade do Patrimônio Cultural desta. Isso significa que a atividade turística ao ser implementada deve primeiramente respeitar o interesse da comunidade, pois ela é a proprietária do patrimônio que será explorado economicamente pela atividade turística e deve ser envolvida em todo o processo. A comunidade deve não só opinar, mas decidir sobre seus bens e sobre a destinação dos recursos advindos da sua exploração.

A comunidade deve ser envolvida no processo de identificação dos patrimônios que serão utilizados como atrativos turísticos, na elaboração dos roteiros, bem como na interpretação do patrimônio. Nesse ponto, sugerimos como trabalhos possíveis com a comunidade:

- realização de oficinas e trabalhos de campo de exploração para a identificação de patrimônios junto com a comunidade.

- visitação da cidade guiada sob a perspectiva dos moradores para se apreender o olhar que eles têm sobre ela como ponto de partida para a realização de releituras do espaço e dos bens patrimoniais.
- integrar a comunidade aos roteiros turísticos, dando voz a moradores, compartilhando com eles a recepção aos turistas. possibilitar que as informações sobre a história local sejam contadas pelos próprios moradores gerando tanto a apropriação da própria história quanto a apropriação do lugar de fala.
- compartilhamento de todas as informações sobre a história local levantadas no processo de pesquisa para a elaboração dos roteiros e implementação da atividade turística com a comunidade, possibilitando que estes tenham acesso e também estes possam repassá-las aos turistas.
- fomentar turismo local para que a comunidade possa passar também pela experiência da visitação aos seus pontos turísticos. Permitir-se se surpreender com a própria cultura e admirá-la experimentando a vivência de turista é uma rica possibilidade de Educação Patrimonial que deve ser incentivada e possibilitada aos cidadãos.

Podemos citar ainda todas as a es de divulgação de informações e valorização do patrimônio como a es de Educação Patrimonial, uma vez que elas ampliam o entendimento sobre a cultura, elevam a autoestima da população local, promovem atitudes de respeito à diversidade cultural.

# 6. Sintetizando

Estudamos nesse caderno que o Patrimônio histórico-cultural é formado pelo conjunto de bens materiais e imateriais que formam a memória e identidade de um povo.

Vimos que o que diferencia o patrimônio material do imaterial é a durabilidade do suporte do patrimônio, pois sempre temos um significado que é abstrato e o patrimônio imaterial também é materializado no momento em que temos contato com ele.

Aprendemos sobre o Tombamento e o Registro que são as formas de reconhecimento legal do patrimônio material e imaterial respectivamente que auxiliam na sua preservação e vimos que a Educação Patrimonial é a ferramenta privilegiada de conservação do Patrimônio. Por meio dela, a própria população se apropria do patrimônio participando da preservação.

Vimos que a apropriação cultural faz parte do processo de Educação Patrimonial, significa que se espera que a pessoa internalize os elementos da cultura, se torne capaz de usufruir dos bens culturais, valorize o patrimônio cultural e se torne um cuidador deste.

A Educação Patrimonial pode e deve ser trabalhada tanto com a comunidade receptora quanto com a comunidade turística havendo diversas possibilidades de abordagem metodológica.



# 8. Refletindo

Quais são os Patrimônios Culturais que você considera representativos do seu Estado? Eles são reconhecidos pelo poder público? E pelos cidadãos?

---

---

---

---

---

---

---

---

Quais cuidados o Guia de Turismo e os Agentes de Informações turísticas devem tomar ao conduzir e informar o visitante no contato com a população dos territórios visitados?

---

---

---

---

---

---

---

---

# 9. Referências Bibliográficas

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2011

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Museu Imperial, 1999.